



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 01/CEPE, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013.

Baixa normas complementares regulando concurso para provimento de cargos da Carreira do Magistério Superior, na classe de Professor Auxiliar, do Quadro Permanente da UFC, e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, em sua reunião de **22 de fevereiro de 2013**, na forma do que dispõem a alínea *d* do artigo 3º e alínea *s* do artigo 25 do Estatuto, resolve baixar instruções complementares ao Regimento Geral dispendo sobre concurso público para cargos do magistério superior, no nível inicial da classe de Professor Auxiliar, do Quadro Permanente da UFC, com observância das prescrições contidas na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ao Estatuto e ao Regimento Geral da UFC,

R E S O L V E:

Art. 1º O concurso público de provas e títulos para ingresso na Carreira do Magistério Superior ocorrerá, como regra geral, no primeiro nível da Classe A, com denominação de Professor Adjunto-A, tendo como requisito o título de doutor obtido na área exigida no concurso. **(nova redação dada pela Resolução nº 09/CEPE, de 24 de maio de 2013)**

DO EDITAL

Art. 2º Caberá à direção de centro, faculdade, *campus* e instituto propor ao Reitor abertura de edital de concurso para os integrantes da carreira do magistério superior, devendo o mesmo ser, obrigatoriamente, publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no portal eletrônico da UFC (www.ufc.br).

§ 1º Quando se tratar de área de conhecimento ou de localidade de grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, evidenciada pela ausência de candidatos inscritos com o título de doutor na respectiva área, publicar-se-á novo edital do concurso público, para fins de provimento, sucessivamente, em caso de nova ausência de candidatos: **(acrescentado pela Resolução nº 09/CEPE, de 24 de maio de 2013)**

a) no primeiro nível da Classe A, com denominação de Professor Assistente-A, quando o concurso exigir como requisito o título de mestre obtido na respectiva área; e,

b) no primeiro nível da Classe A, com denominação de Professor Auxiliar, tendo como requisito o título de especialista ou o diploma de graduação obtido na respectiva área.”

§ 2º A abertura de novo edital para Professor Assistente-A ou Auxiliar, da Classe A, dependerá de prévia e obrigatória decisão do respectivo conselho de centro, faculdade, *campus* ou instituto. (acrescentado pela Resolução nº 09/CEPE, de 24 de maio de 2013)

Art. 2ºA O edital do concurso público poderá, de logo, dispensar a titulação acadêmica de Doutor, substituindo-a pelo título de mestre, ou especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores de titulação acadêmica de doutor, por decisão fundamentada da maioria absoluta do respectivo conselho de centro, faculdade, *campus* ou instituto. (acrescentado pela Resolução nº 09/CEPE, de 24 de maio de 2013)

Art. 3º O edital conterà as regras, parâmetros e informações exigidas pela legislação aplicável, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Parágrafo único. O edital do concurso deverá observar ainda as exigências estabelecidas nesta Resolução, sem prejuízo do atendimento às excepcionalidades e às normas em vigor à época.

DA INSCRIÇÃO

Art. 4º Os interessados deverão solicitar a inscrição mediante requerimento ao chefe do departamento, ao diretor do *campus* ou instituto, de acordo com a localização da vaga, indicando a área de conhecimento ou setor de estudos em que pretendem concorrer, acompanhado, além de outros requisitos exigidos no edital, da seguinte documentação:

I – requerimento de inscrição a que se refere o *caput*;

II – cópia autenticada em cartório de documento de identificação do candidato, com fotografia;

III – comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

IV – histórico escolar do curso de pós-graduação *stricto sensu* ou de especialização, ou de graduação, que comprove haver correlação com o setor de estudos ou área do concurso definida no Edital; (nova redação dada pela Resolução nº 09/CEPE, de 24 de maio de 2013)

V – título e resumo de seminário ou projeto de pesquisa ou de extensão, em 3 (três) vias, quando exigidos pelo departamento, *campus* ou instituto.

§ 1º Caso o último dia do prazo de inscrição ocorra no sábado, domingo ou feriado, a data será prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.

§ 2º Não será aceita, em qualquer hipótese, a realização de inscrição condicional nem a entrega ou juntada dos documentos mencionados nos incisos I, II, III, IV e V deste artigo, após o prazo fixado para inscrição.

§ 3º O programa do concurso contendo, pelo menos, 10 (dez) temas, definidos pelo departamento, *campus* ou instituto, que serão objeto das provas, bem como a presente Resolução estarão à disposição dos candidatos no portal eletrônico da UFC (www.ufc.br).

§ 4º Somente serão aceitos os títulos de Doutor ou de Mestre, ou de Graduação obtido em curso credenciado ou reconhecido pelo MEC, e, se obtido no exterior, exigir-se-á sua revalidação ou reconhecimento nos termos da legislação federal aplicável. (acrescentado pela Resolução nº 09/CEPE, de 24 de maio de 2013)

Art. 5º Terminado o prazo para as inscrições, os requerimentos serão apreciados pelo colegiado do departamento, *campus* ou instituto interessado, para fins de deliberação, à vista de relatório de comissão preliminar, composta de 3 (três) professores designados pelo respectivo chefe ou diretor, dando-se ampla publicidade à homologação ou não das citadas inscrições.

§ 1º Cabe à comissão preliminar, a que se refere este artigo, analisar tão somente a regularidade formal das inscrições solicitadas e os documentos entregues pelo candidato sem emitir juízo de mérito.

§ 2º Havendo indeferimento do departamento, o candidato poderá recorrer, com efeito suspensivo, para o respectivo conselho de centro ou faculdade, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da afixação da decisão do colegiado na sede do departamento.

§ 3º Havendo indeferimento do *campus* ou instituto, o candidato poderá recorrer, com efeito suspensivo, para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da afixação da decisão do colegiado na sede do *campus* ou instituto.

Art. 6º A solicitação de inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação das condições estabelecidas pela UFC, constantes do seu Regimento Geral, da presente Resolução e do edital do concurso.

Art. 7º Caberá ao chefe de departamento, diretor de *campus* ou instituto determinar o calendário do concurso.

DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 8º A comissão julgadora do concurso será constituída por 3 (três) membros efetivos, sendo, no mínimo, um deles não pertencente ao quadro de professores ativos da UFC, sem prejuízo da excepcionalidade estabelecida no parágrafo 4º deste artigo, e mais 2 (dois) suplentes, para eventual falta ou impedimento, sendo que cada um deles deverá possuir, pelo menos, uma das seguintes qualificações:

I – ser professor titular ativo ou aposentado de Instituição de Ensino Superior (IES);

II – ser professor associado ativo ou aposentado de Instituição de Ensino Superior (IES);

III – ser professor adjunto ativo ou aposentado de Instituição de Ensino Superior (IES), portador do título de doutor;

IV – ser professor não pertencente a Instituição de Ensino Superior – IES e portador de título de doutor obtido em curso credenciado ou reconhecido, ou de livre-docente, desde que concedido pela Universidade Federal do Ceará;

V – ser especialista não docente, desde que seu nome seja aprovado pelo voto de 2/3 (dois terços) do total de integrantes do conselho de centro, faculdade, *campus* ou instituto, considerando sua qualificação técnico-profissional e contribuição relevante na área de conhecimento ou setor de estudo objeto do concurso;

VI – ser professor assistente ou adjunto, portador do título de mestre, desde que não figure dentre os inscritos candidato portador do título de doutor.

§ 1º Na escolha dos 2 (dois) suplentes, um deles deverá ser membro externo ao quadro de professores ativos da UFC.

§ 2º Na hipótese dos incisos I a IV, deve o docente integrante da comissão julgadora possuir experiência acadêmica na área de conhecimento ou setor de estudo, ou afim, objeto do concurso e comprovado exercício mínimo de 5 (cinco) anos no magistério superior.

§ 3º Será considerado membro externo da comissão julgadora, para fins deste artigo, o docente aposentado da UFC que preencher a titulação exigida no inciso IV.

§ 4º A comissão julgadora poderá, excepcionalmente, ser constituída por até 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, todos pertencentes ao quadro de ativos da UFC.

Art. 9º A comissão julgadora bem como o docente secretário serão designados pelo respectivo conselho de centro, faculdade, *campus* ou instituto.

Parágrafo único. No caso do § 4º do art. 8º, exigir-se-á que a designação seja aprovada por maioria absoluta dos membros do respectivo conselho de centro, faculdade, *campus* ou instituto.

Art. 10. A comissão julgadora não poderá ser constituída *ad referendum*, salvo se não houver *quorum* para realização de reunião, convocada para sua designação, devendo o assunto constar, expressa e obrigatoriamente, da pauta de convocação.

Art. 11. A função de presidente da comissão julgadora será atribuída, quando couber, ao professor doutor mais antigo em exercício no magistério da UFC.

Art. 12. Serão considerados impedidos de participar da comissão julgadora:

I – cônjuge de candidato, mesmo separado judicialmente, divorciado ou companheiro;

II – ascendente ou descendente de candidato, ou colateral até o terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção;

III – sócio de candidato em atividade profissional;

IV – orientador acadêmico em curso de pós-graduação *stricto sensu*, nos últimos cinco (5) anos;

V – coautor de publicação com algum dos candidatos, nos últimos cinco (5) anos.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer das hipóteses dos incisos I a V deste artigo, deverá haver a substituição do impedido para assegurar a regular continuidade do concurso.

DAS PROVAS E TÍTULOS

Art. 13. O concurso público para professor consistirá de provas e títulos:

I – provas, com caráter eliminatório:

- a) escrita objetiva, quando exigida;
- b) escrita subjetiva;
- c) didática;
- d) prática ou prático-oral, quando exigida;
- e) seminário ou defesa de projeto de pesquisa ou de extensão, quando exigida.

II – avaliação de títulos, com caráter classificatório.

§ 1º A realização das provas obedecerá à sequência dos incisos I e II deste artigo e só poderá fazer a prova subsequente o candidato aprovado na prova anterior, considerando-se imediatamente eliminado o candidato que obtiver:

a) na prova escrita objetiva uma nota inferior a 7 (sete), salvo na hipótese do inciso VI, do art. 14, quando a nota será 5 (cinco);

b) nas demais provas média aritmética inferior a 7 (sete), consideradas as 3 (três) notas atribuídas para cada prova pelos membros da comissão julgadora.

§ 2º As provas indicadas nas alíneas *b* e *c* do inciso I e no inciso II integram obrigatoriamente o concurso, ficando a exclusivo critério do conselho de centro ou de faculdade, a partir de sugestão do departamento interessado, ou do conselho do *campus* ou instituto, exigir, ou não, as provas indicadas na alínea *a*, *d* e *e* do inciso I deste artigo.

Art. 14. A prova escrita objetiva, quando exigida, e, na forma definida no edital, terá caráter eliminatório e será única para todos os candidatos, subordinando-se às seguintes diretrizes:

I – conterà um mínimo de 20 (vinte) e um máximo de 100 (cem) questões objetivas elaboradas pela comissão julgadora dentro dos conteúdos do programa do Concurso;

II – a duração da prova escrita objetiva será limitada a um máximo de 4 (quatro) horas e o número de questões que irá conter será fixado no edital, na hipótese de ser exigida esta tipologia de prova;

III – as questões serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A, B, C e D) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão, quatro campos de marcação correspondentes às quatro opções, sendo que o candidato deve preencher apenas aquela que contemple a resposta julgada correta;

IV – será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento indevido da folha de respostas;

V – atribuir-se-á pontuação zero à questão de múltipla escolha:

a) com mais de uma opção assinalada;

b) sem opção assinalada;

c) com rasura ou ressalva; ou,

d) quando a resposta assinalada for incorreta, segundo o gabarito oficial da prova.

VI – será facultada a adoção, como critério de correção, de que cada resposta errada eliminará uma resposta correta, desde que esta condição esteja explicitada no edital respectivo;

VII – não constando do edital qualquer referência à atribuição de ponto negativo a cada resposta errada, a nota da prova escrita objetiva será resultante do conjunto de respostas corretas do candidato;

VIII – em caso de ser anulada qualquer questão pela comissão julgadora será automaticamente atribuída a pontuação correspondente para todos os candidatos;

IX – a nota da prova escrita objetiva será divulgada pela comissão julgadora no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a sua realização;

X – a aplicação da prova escrita objetiva deverá ser, na sua abertura, acompanhada por membros da comissão julgadora e, após seu início, a fiscalização será feita pelo Secretário com a presença de, pelo menos, 1 (um) membro da comissão julgadora;

XI – quando do seu término, a prova escrita objetiva e a folha de respostas de cada candidato serão guardadas em envelope fechado e rubricado pelo secretário da comissão julgadora e pelo candidato, ao seu critério, para posterior avaliação e atribuição de nota, em reunião reservada da comissão julgadora.

Art. 15. A prova escrita subjetiva, de caráter eliminatório, e que será identificada por número, de modo a manter a impessoalidade, única para todos os candidatos, obedecerá aos seguintes critérios e procedimentos:

I – constará de, no mínimo, 3 (três) questões dissertativas elaboradas pela comissão julgadora, ou, de 3 (três) dissertações contemplando, em qualquer hipótese, necessariamente, pelo menos 3 (três) temas sorteados para todos os concorrentes, dentre os constantes do programa do concurso, fazendo-se a aplicação da prova imediatamente após a realização do sorteio;

II – duração máxima de 4 (quatro) horas, improrrogáveis, ficando excluído do concurso o candidato que não esteja presente no momento do sorteio dos temas;

III – a aplicação da prova escrita subjetiva deverá ser, na sua abertura, acompanhada por membros da comissão julgadora e, após seu início, a fiscalização será feita pelo secretário com a presença de, pelo menos, 1 (um) membro da comissão julgadora.

IV – quando do seu término, a prova escrita subjetiva de cada candidato será guardada em envelope fechado e rubricado pelo secretário da comissão julgadora e pelo candidato, ao seu critério, para posterior avaliação e atribuição de nota, em reunião reservada da comissão julgadora;

V – a nota da prova escrita subjetiva deverá ser divulgada pela comissão julgadora no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a sua realização.

Art. 16. As provas escritas objetiva e subjetiva referidas, respectivamente, nas alíneas *a* e *b* do inciso I do art. 13 submetem-se às seguintes prescrições e diretrizes:

I) a primeira prova só poderá ocorrer após 30 (trinta) dias da data de publicação do edital no Diário Oficial da União;

II) é vedada a consulta de qualquer material bibliográfico ou anotações pessoais durante a realização de prova escrita, sob pena de exclusão do candidato;

III) durante a realização não será permitida ao candidato a utilização de qualquer equipamento eletrônico, salvo expressa autorização da comissão julgadora, válida para todos os candidatos;

IV) o candidato somente poderá utilizar caneta de cor azul ou preta.

Art. 17. A prova didática, de caráter eliminatório, gravada para efeito de registro e avaliação, destinada a aferir a capacidade de desempenho da atividade docente do candidato, vedada sua arguição oral, submeter-se-á aos seguintes procedimentos:

I – sorteios públicos, após a divulgação do resultado da prova escrita subjetiva, conduzidos por, pelo menos, um dos membros da comissão julgadora e acompanhados pelos interessados para definir:

a) a ordem dos candidatos para a realização da prova didática;

b) o tema da prova didática sorteado para cada candidato, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, observado o programa do concurso, ficando o candidato automaticamente eliminado se ausente deste sorteio.

II – o candidato entregará, no início da prova didática, a cada membro da comissão julgadora, o seu plano de aula em versão impressa;

III – realização, em sessão pública, com duração mínima de 45 (quarenta e cinco) e máxima de 50 (cinquenta) minutos;

IV – a nota da prova didática deverá ser divulgada pela comissão julgadora no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a última apresentação;

V – o descumprimento, durante a prova didática, dos incisos II e/ou III implicará em redução da nota, a critério de cada examinador;

VI – é vedada a presença de concorrentes, inclusive os eliminados nas provas anteriores.

Parágrafo único. No julgamento da prova didática, cada membro da comissão julgadora atribuirá sua nota considerando, preferentemente, os seguintes critérios:

a) coerência entre o tema, os objetivos previstos no plano de aula e os conteúdos desenvolvidos;

b) domínio do conteúdo;

c) desempenho didático e utilização adequada do tempo;

d) comunicação, clareza, pertinência e objetividade;

e) estruturação do plano de aula.

Art. 18. A avaliação de títulos, de caráter classificatório, consistirá da análise, pela comissão julgadora, do *curriculum vitae* do candidato, compreendendo dentre outros os seguintes critérios:

I – produção científica, técnica, literária, filosófica ou artística;

II – atividades de ensino;

III – atividades de pesquisa;

IV – atividades de extensão;

V – atividades profissionais;

VI – atividades de formação e orientação de discentes.

§ 1º A avaliação de títulos exige que o candidato entregue o *curriculum vitae* em 3 (três) vias, observado preferentemente o padrão *Lattes* do CNPq, constando, da primeira via, as cópias dos documentos comprobatórios.

§ 2º A entrega do *curriculum vitae* de que trata o parágrafo anterior dar-se-á em local definido pelo edital do concurso, no primeiro dia útil após a data de divulgação do resultado da última prova eliminatória.

§ 3º Serão aceitos diplomas emitidos por Instituição de Ensino Superior (IES) ou documentos comprobatórios de IES em que o curso foi integralmente concluído.

§ 4º Considera-se graduação, para os fins desta Resolução, os graus obtidos em bacharelado, profissional, licenciatura e tecnólogo, que atendam às prescrições da legislação específica.

§ 5º Na avaliação de títulos, os membros da comissão julgadora, em conjunto, atribuirão nota única para cada candidato, observados os seguintes critérios e procedimentos:

I – só serão apreciados e atribuídas notas aos itens da Tabela Geral para avaliação de títulos constante do anexo a esta Resolução, em que estão especificadas as categorias e espécies de títulos de que resultará a nota única atribuída pela comissão julgadora para cada candidato;

II – somente será computada a produção científica, técnica, literária, filosófica ou artística dos últimos 5 (cinco) anos;

III – os títulos correspondentes a doutorado, mestrado, especialização e aperfeiçoamento serão considerados para pontuação, independentemente da data de obtenção;

IV – não serão avaliadas as atividades acadêmicas realizadas em áreas diversas da área de conhecimento ou setor de estudo objeto do concurso;

V – a atribuição de nota à produção científica, técnica, literária, filosófica ou artística terá como prioritária referência a classificação publicada pelo *Qualis* da área de conhecimento ou setor de estudo objeto do concurso;

VI – atribuição à formação acadêmica, à produção científica, técnica, literária, filosófica ou artística do candidato, de nota parcial de 0 (zero) a 5 (cinco), considerada uma casa decimal;

VII – atribuição à eficiência didática e/ou técnico-profissional do candidato, de nota parcial de 0 (zero) a 5 (cinco), considerada uma casa decimal;

VIII – a nota única final, de cada candidato, será calculada adicionando-se as notas parciais dos incisos VI e VII, obtendo-se desta forma uma nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez), considerada uma casa decimal.

§ 6º Fica excluída, quando da avaliação de títulos, a atribuição de nota ao diploma de graduação, escolaridade mínima exigida para ingresso na classe de professor auxiliar.

§7º Cada conselho de centro, faculdade, campus ou instituto deverá elaborar e disponibilizar no portal eletrônico da UFC(www.ufc.br), quando da divulgação do edital do concurso público, tabela específica contendo a valoração de itens constantes da tabela geral anexa, ajustada às peculiaridades e interesses da unidade. (nova redação dada pela Resolução nº 09/CEPE, de 24 de maio de 2013)

Art. 19. A prova prática ou prático-oral, de caráter eliminatório, será gravada para efeito de registro e avaliação, e versará sobre tema constante do programa do concurso, visando a evidenciar a capacidade operacional do candidato em tarefas que envolvam elaboração, execução ou críticas sobre conhecimentos práticos compatíveis com a área de conhecimento ou setor de estudo para o qual se realiza.

§ 1º A prova prática ou prático-oral poderá ser realizada sob a forma de execução de uma atividade que comporte esse tipo de avaliação, ou redação de relatório circunstanciado ou ainda exposição oral, em sessão pública.

§ 2º A sistemática da prova prática ou prático-oral, inclusive sua duração, deverá ser definida pelo departamento, *campus* ou instituto respectivo e informada, por escrito, ao candidato no ato da inscrição, sendo permitida sua arguição oral.

§ 3º É vedada a presença de concorrentes, na prova prática ou prático-oral, inclusive os eliminados nas provas anteriores.

Art. 20. O seminário, de caráter eliminatório, constará de exposição oral, em sessão pública, gravada para efeito de registro e avaliação, com duração máxima de 40 (quarenta) minutos de apresentação, seguida de arguição, sobre tema escolhido pelo candidato, sempre pertinente aos conteúdos da área de conhecimento ou setor de estudo vinculado ao concurso, devendo ser avaliada a capacidade do candidato em expor, desenvolver, interpretar e criticar os conceitos objeto do referido seminário.

Parágrafo único. É vedada a presença de concorrentes, no seminário, inclusive os eliminados nas provas anteriores.

Art. 21. A defesa de projeto de pesquisa ou de extensão, de caráter eliminatório, gravada para efeito de registro e avaliação, constará de apresentação oral, com duração máxima de 40 (quarenta) minutos, seguida de debate em sessão pública, devendo ser avaliada a capacidade do candidato em elaborar e desenvolver projetos de pesquisa na área de conhecimento ou setor de estudo, e estender seus benefícios à graduação e/ou pós-graduação.

Parágrafo único. É vedada a presença de concorrentes na defesa de projeto de pesquisa ou de extensão, inclusive os eliminados nas provas anteriores.

DO JULGAMENTO DO CONCURSO

Art. 22. Caberá a cada membro da comissão julgadora adotar os seguintes procedimentos na apuração do resultado do concurso:

a) atribuir notas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez), considerada uma casa decimal, a cada uma das provas realizadas e à avaliação de títulos;

b) extrair a média aritmética simples (média final) das notas atribuídas a cada candidato, considerada uma casa decimal;

c) ordenar os candidatos, na sequência decrescente das médias que apurar, devendo o próprio examinador decidir em caso de empate.

Parágrafo único. O mapa individual de cada examinador, devidamente identificado, contendo as notas, médias e ordenação dos candidatos na forma prevista nas alíneas do *caput* deste artigo, será guardado em envelope lacrado e rubricado pelo respectivo membro da comissão julgadora, cuja abertura far-se-á em sessão pública.

Art. 23. Concluídos os procedimentos indicados no artigo anterior, cada membro da comissão julgadora indicará para 1º (primeiro) lugar um único candidato que, em sua avaliação individual, tiver alcançado maior média aritmética simples (média final) das notas por ele atribuídas.

Art. 24. Será indicado para o provimento da vaga o candidato detentor do maior número de indicações de 1º (primeiro) lugar dos membros da comissão julgadora.

Art. 25. Ocorrendo empate na indicação de candidatos entre os membros da comissão julgadora, serão utilizados os seguintes critérios para definição do candidato que irá prover a vaga:

I – candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

II – maior média aritmética de todas as notas atribuídas às provas e à avaliação de títulos pelos examinadores;

III – maior média aritmética das notas dos examinadores atribuídas à prova didática;

IV – maior média aritmética das notas dos examinadores atribuídas à prova escrita subjetiva;

V – maior nota única dos examinadores atribuídas à avaliação de títulos;

VI – maior média aritmética das notas dos examinadores atribuídas à prova de seminário ou defesa de projeto de pesquisa ou de extensão, quando houver;

VII – maior média aritmética das notas dos examinadores atribuídas à prova prática ou prático-oral, quando houver;

VIII – antiguidade no exercício de funções docentes no ensino superior.

Parágrafo único. Será obedecida rigorosamente a ordem indicada neste artigo, fazendo-se uso do critério posterior somente quando o anterior não permitir o desempate.

Art. 26. Excluindo-se do procedimento o candidato já aprovado e indicado em primeiro lugar, far-se-á a classificação do segundo lugar e subsequentes aprovados com base nas regras e critérios fixados nos artigos 22 a 25 desta Resolução.

Art. 27. A comissão julgadora elaborará ata individual de cada prova e da avaliação de títulos realizadas, juntando o mapa com especificação de todas as notas atribuídas por examinador, devidamente nominado, a cada um dos candidatos, e a relação dos aprovados, classificados com base nos artigos 22 a 26 desta Resolução, até o limite de vagas estabelecido no edital de inscrição.

Art. 28. O resultado final do concurso, apurado com base nas regras e critérios fixados nos artigos 22 a 27 desta Resolução, constará em ata específica e será divulgado em sessão pública e submetido:

I – ao colegiado do departamento, para aprovação, exigida para sua deliberação a presença mínima de integrantes que perfaçam a maioria absoluta, somente podendo ser rejeitado pelo voto contrário de 2/3 (dois terços) do total de integrantes do colegiado em efetivo exercício;

II – ao conselho de centro ou faculdade, posteriormente, para homologação da decisão do colegiado do departamento, exigida para a sua deliberação a presença mínima de integrantes que perfaçam a maioria absoluta, somente podendo ser rejeitado pelo voto contrário de 2/3 (dois terços) do total de integrantes do colegiado em efetivo exercício;

III – ao Conselho do *Campus* ou do Instituto, para aprovação e homologação, exigida para sua deliberação a presença mínima de integrantes que perfaçam a maioria absoluta, somente podendo ser rejeitado pelo voto contrário de 2/3 (dois terços) do total de integrantes do colegiado em efetivo exercício.

Art. 29. Dos atos da comissão julgadora somente será admitido recurso por arguição de nulidade, no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicização do ato, em quaisquer das instâncias administrativas, sem efeito suspensivo.

§ 1º Considera-se nulidade a prática de ato ou procedimento em desacordo com as normas prescritas no Regimento Geral da UFC, nesta Resolução ou no Edital do concurso.

§ 2º Não será dado provimento a recurso sem fundamentação técnica ampla ou que não guarde relação com o objeto do concurso, ou, ainda, que tenha caráter manifestamente protelatório.

§ 3º A nulidade, quando e sempre que declarada, é ato impessoal que tem efeito *erga omnes* e *ex tunc*, vedado, portanto, o aproveitamento, total ou parcial, de quaisquer provas ou notas do concurso, além de não gerar direitos em favor de qualquer dos candidatos.

§ 4º A nulidade não será declarada quando:

- a) tratar-se de mera inobservância de formalidade não essencial;
- b) for a favor de quem lhe houver dado causa.

Art. 30. O resultado final do concurso, depois de exauridos todos os prazos recursais administrativos, será homologado pelo Reitor e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 31. A concretização dos atos de nomeação e posse está condicionada à observância das disposições legais pertinentes e ao interesse e conveniência da Administração respeitado o prazo de validade do concurso fixado no edital.

DA INVESTIDURA NO CARGO

Art. 32. O candidato aprovado e indicado para ocupar a vaga será nomeado para o cargo, se atendidas as seguintes exigências da Lei nº 8.112/90:

I – se brasileiro:

- a) gozar dos direitos políticos;
- b) estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições específicas do cargo, comprovada em inspeção médica, realizada pela UFC.

II – se estrangeiro:

- a) ter visto de permanência em território nacional, que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil;
- b) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições específicas do cargo, comprovada em inspeção médica, realizada pela UFC.

Art. 33. O candidato nomeado somente poderá tomar posse no cargo, depois de atendidas as seguintes exigências:

I – apresentar comprovação de diploma de graduação, obtido em cursos reconhecidos pelo MEC;

II – atender às exigências legais para investidura em cargo no serviço público federal ou outras previstas no Edital do concurso.

Parágrafo único. Quando se tratar de diplomas de graduação ou de pós-graduação obtidos no exterior, estes somente serão aceitos se revalidados e/ou reconhecidos por instituições congêneres, nos termos da legislação federal aplicável.

Art. 34. Os candidatos nomeados e empossados no cargo terão o exercício de suas atividades, obrigatoriamente, em quaisquer dos 3 (três) turnos de

trabalho, sendo submetidos a estágio probatório, conforme disposto nas Leis nºs 8.112/90 e 12.772/12 e, ainda, nas normas estabelecidas pela UFC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Os casos omissos serão decididos pelo Reitor.

Art. 36. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, sendo obrigatória a sua disponibilização no portal eletrônico da UFC (www.ufc.br).

Art. 37. Fica revogada a Resolução nº 33/CEPE, de 27 de novembro de 2009, e demais disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em 22 de fevereiro de 2013.

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Reitor

ANEXO

TABELA PARA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS (Artigo 18)

(Somente serão avaliadas as atividades acadêmicas realizadas na área de conhecimento ou no setor de estudo objeto do concurso)

I - Formação acadêmica, produção científica, técnica, literária, filosófica ou artística. (Nota parcial sugerida: até 5,0)

Graduação
Aperfeiçoamento (Res n ^o 12/83 CFE)
Especialização (Res. ^o 14/77 e 12/83 CFE; 03/99, 01/01 e 01/07 CNE)
Residência Médica/Multiprofissional/Multidisciplinar
Mestrado
Livre-docência
Doutorado
Comunicação em eventos científicos publicada em livro resumo
Nota científica em periódicos de repercussão nacional com corpo de consultores
Nota científica em periódicos de repercussão internacional com corpo de consultores
Relatórios técnicos, de pesquisa, de extensão e similares julgados relevantes
Artigo publicado em periódico indexado
Artigo publicado em periódico não indexado
Artigo integralmente publicado em anais de conferência nacional, com avaliação
Artigo integralmente publicado em anais de conferência internacional, com avaliação
Capítulo de livro publicado por editoras
Livro publicado por editoras
Livro traduzido e publicado por editoras
Monografia de graduação
Monografia de especialização
Dissertação de mestrado
Tese de doutorado
Tese de livre docência
Projeto e produção de evento artístico
Direção (cinema, rádio, televisão, dança, teatro)
Roteiro (cinema, rádio, televisão, dança, teatro)
Texto (rádio, televisão, teatro)
Montagem (cinema, dança, teatro)
Trilha sonora (cinema, rádio, televisão)
Música (cinema, dança, teatro)
Edição (rádio, televisão)
Locução (rádio, televisão)
Cenografia (dança, teatro)
Coreografia (dança, teatro)
Recital ou concerto
Arranjo orquestral, canto coral
Composição musical, canto oral
Gravação musical
Apresentação de composição musical
Coletânea de fotos, gravuras, desenhos e similares publicados
Fotografia

Documentário
Escultura
Pinturas, gravuras, desenhos, ilustrações e capas de livro
Participação em programas artísticos de rádio e televisão
Carta ou mapa publicado
Fotograma
Maquete
Produto ou formulação
Processo desenvolvido
Restauração artística/técnica/cultural (obra arquitetônica, escultura, fotografia, filme, desenho, gravura, pintura e objeto de arte)

II – Eficiência didática ou técnico-profissional: atividades profissionais docentes; atividades profissionais não docentes; participação em comissões julgadoras e/ou examinadoras; bolsas e estágios (Nota parcial sugerida: até 5,0)

Exercício do magistério no ensino pré-escolar, fundamental, técnico ou médio
Ministração de curso de extensão universitária
Orientação de bolsista no ensino de graduação
Orientação de monografia de graduação
Orientação de monografia de especialização
Orientação de dissertação de mestrado
Orientação de tese de doutorado
Exercício do magistério no ensino superior
Experiência profissional
Prêmio recebido por mérito profissional dado por entidade científica ou profissional
Bolsa de desenvolvimento científico e tecnológico concedida por órgão público (por bolsa)
Aprovação em concurso público de nível superior
Participação em comissões de monografias de graduação
Participação em comissões de monografias de especialização
Participação em comissões de exames de qualificação em cursos de mestrado
Participação em comissões de dissertações de mestrado
Participação em comissões de exames de qualificação em curso de doutorado
Participação em comissões de teses de doutorado
Participação em comissões de teses de livre docência
Participação em comissões de concursos para o magistério superior
Participação em programas de monitoria, iniciação científica, PET, extensão e outras bolsas de natureza acadêmica.
Estágio supervisionado extracurricular
Bolsa de mestrado concedida por órgão público de fomento
Bolsa de doutorado concedida por órgão público de fomento
Estágio de pós-doutorado
Bolsa de doutorado-sanduíche
Atividades de gestão acadêmicas: coordenações de curso, chefias de departamentos, diretorias de centros, faculdades, <i>campi</i> e institutos, pró-reitorias, vice-reitoria e Reitoria.

